

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº. , DE 2026.

(Do Senhor Deputado Welter)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização da atuação e os investimentos da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, no Estado do Paraná, em razão de recorrentes falhas no fornecimento de energia elétrica e seus impactos sobre a produção agropecuária, bem como a eficácia das medidas fiscalizadoras adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, proponho que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize Proposta de Fiscalização e Controle – PFC, com o objetivo de fiscalizar a atuação e os investimentos realizados pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL) na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná, diante de recorrentes interrupções, quedas e oscilações no fornecimento de energia que têm causado graves prejuízos à produção agropecuária e à economia regional.

Propõe-se, ainda, avaliar a eficácia da atuação regulatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no acompanhamento e fiscalização da concessionária, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações contratuais relacionadas à qualidade e continuidade do serviço prestado.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa enfrentar um tema de extrema relevância para o setor produtivo brasileiro, especialmente para os produtores rurais do Estado do Paraná: os



prejuízos decorrentes de falhas no fornecimento de energia elétrica, bem como de quedas e oscilações na rede de distribuição.

Quando ocorrem interrupções prolongadas ou instabilidades no sistema elétrico, os impactos recaem de forma particularmente severa sobre o meio rural, onde diversas atividades produtivas dependem de fornecimento contínuo de energia para manter sistemas automatizados, equipamentos de climatização, bombas, aeradores, ordenhadeiras e outros dispositivos essenciais à produção agropecuária.

Nos últimos anos, produtores rurais de diferentes regiões do País têm relatado prejuízos significativos em razão de quedas recorrentes no fornecimento de energia elétrica ou de oscilações na tensão da rede. No Paraná, episódios recentes amplamente divulgados pela imprensa evidenciam a gravidade da situação e reforçam a necessidade de fiscalização sobre a qualidade do serviço prestado pela concessionária responsável pela distribuição de energia.

Reportagem recente relatou que uma falha no fornecimento de energia elétrica ocasionou a morte de aproximadamente 20 mil aves em uma granja em São Miguel do Iguaçu, gerando prejuízo estimado em cerca de R\$ 150 mil ao produtor rural. A interrupção no fornecimento comprometeu sistemas essenciais de ventilação e climatização das instalações.ⁱ

Outro caso de grande repercussão envolveu a morte de aproximadamente 1,1 milhão de peixes em um reservatório no oeste do Paraná, situação associada a falhas operacionais que afetaram o funcionamento dos aeradores, fundamentais para a manutenção das condições ambientais adequadas à atividade aquícola.ⁱⁱ

Diante desse contexto, torna-se necessário que o Congresso Nacional exerça plenamente sua função constitucional de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e das entidades da administração indireta, especialmente quando se trata de serviços públicos concedidos que impactem diretamente a atividade econômica e a vida da população.

Nesse sentido, mostra-se oportuno e conveniente que esta Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União – TCU, órgão técnico auxiliar do Congresso Nacional, a realização de auditoria com o objetivo de verificar:



- I. Se os investimentos previstos e necessários para a adequada manutenção e expansão da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná estão sendo efetivamente realizados pela concessionária responsável;
- II. Se os padrões de qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica estabelecidos nos contratos de concessão e na regulamentação setorial vêm sendo devidamente cumpridos;
- III. Se a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem exercido de forma eficaz seu papel de fiscalização e regulação, inclusive mediante a aplicação de sanções cabíveis em casos de eventuais descumprimentos contratuais;
- IV. Quais medidas estruturais podem ser adotadas para reduzir a ocorrência de falhas no fornecimento de energia elétrica e mitigar seus impactos sobre a produção agropecuária e demais atividades econômicas.

Considerando os relevantes prejuízos econômicos e sociais decorrentes das falhas no fornecimento de energia elétrica, especialmente no meio rural, a realização desta fiscalização mostra-se necessária para assegurar a adequada prestação do serviço público e a proteção dos produtores brasileiros.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2026.

Deputado WELTER
PT/PR



ⁱ https://diariodopara.com.br/noticias/brasil/falha-de-energia-mata-20-mil-aves-em-granja-e-gera-prejuizo-de-r-150-mil/?utm_source=Instagram&utm_medium=referral&utm_campaign=Redes_Sociais&fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAc3J0YwZhcHBfaWQMMjU2MjgxMDQwNTU4AAGnuExlaaChtXoaHxLD6J0zZeeWfgGos_wg5iQj9a8BCi3eGk84EeVUc5RM8rYaem_UmmswQqsXpbGkmjsnc8gyA

ⁱⁱ <https://globo.com/pecuaria/peixe/noticia/2026/03/entenda-o-que-provocou-a-morte-de-11-milhao-de-peixes-em-reservatorio-no-parana.ghtml>

